

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 158.081 - MS (2018/0096551-2)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE NAVIRAÍ - MS
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE MARECHAL
CÂNDIDO RONDON - PR
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EM APURAÇÃO

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência em que é suscitante o Juízo de Direito da Vara Criminal de Naviraí – MS e suscitado o Juízo de Direito da Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon – PR.

Conforme consignado aos autos, foi instaurado inquérito policial na Comarca de Cascavel/PR para apurar a suposta prática dos delitos de associação criminosa e tráfico de drogas, com o envolvimento de diversos investigados. A partir de escutas telefônicas e de outras diligências deferidas pelo Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR, foram realizadas prisões e apreensões de drogas na própria cidade de Cascavel e em diversas outras localidades como Naviraí/MS, Guaíra/PR, Iporã/PR, Barracão/PR, Piçarras/SC, Amambaí/MS, Arapongas/PR, Céu Azul/PR, Toledo/PR e Marechal Cândido Rondon/PR.

Sucedendo que o Juízo suscitado declinou a competência para o Juízo de Direito da Comarca de Cascavel – PR por entender que o fato criminoso principal teria ocorrido naquela comarca (e-STJ fl. 2.087-2.091).

O Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR, ao receber os autos, também declinou da competência e os remeteu para o Juízo de Direito da Vara Criminal de Marechal Cândido Rondon – PR, que, por se considerar igualmente incompetente, devolveu o feito para o Juízo de Direito da Vara Criminal de Naviraí – MS.

Por sua vez, o Juízo de Direito da Vara Criminal de Naviraí – MS suscitou este conflito, por entender que o Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR é prevento, já que foi o primeiro a deferir diligências na investigação criminal desencadeada naquela comarca e que culminou com as prisões e as apreensões de drogas nas diversas localidades (e-STJ fls. 2.360-2.361).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela fixação da competência do Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR (e-STJ fls. 2.555-2.557).

É o relatório.

Do presente conflito de competência se deve conhecer por se tratar de incidente instaurado entre juízos vinculados a tribunais distintos, nos termos do art. 105, inciso I, alínea d, da Constituição da República.

In casu, como ressaltado pelo ilustre Subprocurador-Geral da República à fl. 2.257 (e-STJ), "toda a empreitada criminosa, que se desenvolveu em várias localidades, foi previamente monitorada pela autoridade investigativa, contando com diligências da autoridade judicial da comarca de Cascavel/PR no deferimento de medidas de urgência, como busca e apreensão e prisão preventiva, tornando-se, portanto, prevento para o feito nos termos do art. 83 do CPP".

Superior Tribunal de Justiça

Verifica-se, portanto, que os juízos seriam igualmente competentes para apreciação e julgamento dos supostos delitos. A propósito, o art. 78, inciso II, alínea c, corroborado pelo art. 83, ambos do Código de Processo Penal, dispõe:

Art. 78. *Na determinação da competência por conexão ou continência, serão observadas as seguintes regras:*

[...]

II - no concurso de jurisdições da mesma categoria:

a) preponderará a do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave;

b) prevalecerá a do lugar em que houver ocorrido o maior número de infrações, se as respectivas penas forem de igual gravidade;

c) firmar-se-á a competência pela prevenção, nos outros casos;

Art. 83. *Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa [...]* (sem grifos no original)

Da análise dos autos, constata-se que o Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR primeiro deferiu diligências, prisão preventiva e busca e apreensão durante a investigação criminal realizada na cidade de Cascavel/PR, o que o tornou prevento para o processamento e julgamento do feito, nos termos do art. 83 do Código de Processo Penal.

A propósito, colacionam-se os seguintes precedentes desta Terceira Seção:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E DE USO DE DOCUMENTO FALSO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO, NA NOTA FISCAL EMITIDA EM SORRISO/MT, DE SER O PRODUTO GENETICAMENTE MODIFICADO (SOJA TRANSGÊNICA). USO DA NOTA FISCAL PARA O TRANSPORTE DO PRODUTO, APREENDIDO EM PARANAGUÁ/PR. CRIMES, EM TESE, CONSUMADOS EM LOCALIDADES DIVERSAS. EXISTÊNCIA DE LIAME FÁTICO ENTRE OS SUPPOSTOS DELITOS. OCORRÊNCIA DE CONEXÃO. JURISDIÇÕES DA MESMA CATEGORIA, CRIMES DA MESMA GRAVIDADE, MESMO NÚMERO DE INFRAÇÕES. COMPETÊNCIA FIRMADA POR PREVENÇÃO DO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PARANAGUÁ/PR, QUE PRIMEIRO CONHECEU DO FEITO.

I. Constatada a necessidade de apuração, em tese, de dois crimes – um, de falsidade ideológica (art. 299 do CP), e outro, de uso de documento ideologicamente falso (art. 304 do CP) –, cujo liame fático os torna conexos (art. 76, II e III, do CPP), muito embora consumados em localidades diversas, a competência resta definida

Superior Tribunal de Justiça

pela prevenção, nos termos do art. 78, II, c, c/c art. 83 do Código de Processo Penal.

II. No caso, os Juízos são igualmente competentes, diante de crimes de gravidade semelhante e do mesmo número de infrações, tendo sido, entretanto, o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paranaguá/PR — em cuja jurisdição consumou-se o suposto delito de uso de documento ideologicamente falso — o primeiro a conhecer dos fatos a serem apurados, ficando, assim, prevento para o processo e o julgamento do feito.

III. Conflito conhecido, para declarar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal de Paranaguá/PR, o suscitado.

(CC 124.524/MT, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/11/2012, DJe de 15/03/2013; sem grifos no original.)

PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA JUÍZES DE MESMA CATEGORIA [...] AÇÃO PENAL. ESTELIONATO. FORMAÇÃO DE QUADRILHA. LAVAGEM DE DINHEIRO. CONEXÃO. EXISTÊNCIA. FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA PELA PREVENÇÃO.

1. No concurso entre jurisdições da mesma categoria, **não ocorrendo as hipóteses previstas nas alíneas a e b do inciso II do art. 78 do Código de Processo Penal, firma-se a competência pela prevenção. Precedentes.**

[...]

5. Na hipótese, tratando-se de conflito de competência entre Juízos de mesma categoria e não sendo possível firmar a competência conforme as regras do art. 78, II, a e b [...], cabe, aqui, estabelecer **a competência conforme a regra subsidiária da alínea c, ou seja, pela prevenção do primeiro Juízo que conheceu da causa. [...]**

(CC 116.931/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/11/2011, DJe de 06/12/2011; sem grifos no original.)

Sobre a possibilidade de se fixar a competência em favor de um terceiro juízo diverso dos conflitantes, confira-se:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS VINCULADOS A TRIBUNAIS DISTINTOS. EXECUÇÃO DE PENA. PRISÃO EM CUMPRIMENTO DE MANDADO EM COMARCA DIVERSA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DO LOCAL EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA DEFINITIVA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 192 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. FIXAÇÃO DE TERCEIRO JUÍZO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

[...]

5. **A jurisprudência da Corte tem admitido a declaração de competência de terceiro juízo, estranho ao conflito. Precedente: CC 142.934/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 30/11/2015.**

6. Conflito conhecido a fim de determinar que a pena fixada pelo Juízo Federal da 1ª Vara de Umuarama - SJ/PR, o suscitado, deve ser executada pelo Juízo de Direito designado para as execuções

Superior Tribunal de Justiça

penais da Comarca de Umuarama/PR, conforme lei de organização judiciária do Estado do Paraná.

(CC 167.064/SC, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2019, DJe de 06/09/2019; sem grifos no original.)

Ante o exposto, **conheço** do conflito e **declaro competente** o Juízo Criminal da Comarca de Cascavel – PR, a ser definido de acordo com as normas de organização judiciária locais.

Publique-se.

Dê-se ciência aos juízes em conflito.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator

